

**AQUISIÇÃO E ENSINO
DE PBL2 DE SURDOS:
UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A HIPÓTESE DO
CHOQUE CONSTRUCIONAL
NA INTERLÍNGUA,
A ESCRITA DE SINAIS
NOS CURSOS DE
LETRAS LIBRAS**

ALEXANDRE MELO DE SOUSA
ROSANE GARCIA
ISRAEL QUEIROZ DE LIMA

RESUMO

O presente artigo objetiva fazer um panorama do oferecimento de disciplinas de escrita de sinais em cursos de Licenciatura em Letras Libras oferecidos em Instituições públicas e privadas de Ensino Superior do Brasil (IES). A intenção aqui não é investigar ou analisar como se dá a prática de ensino e os resultados de aprendizagem da escrita de sinais, mas traçar um desenho dos contextos de oferecimento do referido componente curricular nas licenciaturas em Letras Libras. Inicialmente, achamos importante verificar a quantidade de cursos de Licenciatura em Letras Libras no Brasil, distribuídos pelas cinco regiões do país entre instituições públicas e privadas e considerando a modalidade (presencial ou EaD). Com base nesses dados, observamos quantas instituições oferecem a disciplina, em qual semestre (período letivo), o(s)

componente(s) oferecido(s) e a carga-horária disponibilizada para a escrita de sinais. Por fim, verificaremos, a partir das ementas das disciplinas constantes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, quais conteúdos relacionados à escrita de sinais são indicados para o tratamento em sala de aula. Vale mencionar que nem todos os cursos disponibilizam as ementas para consultas públicas. Desse modo, os dados aqui tratados referem-se às ementas a que tivemos acesso.

Palavras-chave: Escrita de sinais. Currículo. Letras Libras.

ALEXANDRE MELO DE SOUSA

Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2007). Realizou Pós-Doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (2018-2019) em Linguística Aplicada/Libras. Professor da Universidade Federal do Acre, onde realiza pesquisas no âmbito da Lexicologia e Lexicografia, Linguística Aplicada à Língua Brasileira de Sinais, Educação de Surdos e Ensino. Email: alexlinguista@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2510-1786>; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8092038576985367>

ROSANE GARCIA

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Católica de Pelotas (2012). Professora da Universidade Federal do Acre, onde realiza pesquisas no âmbito da educação de surdos, da Língua Brasileira de Sinais e da Inclusão do Sujeito Surdo no ambiente educacional e social, bem como da Cultura Surda e suas relações com a linguagem. Email: garcia.rosane@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5398-2034>; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0949525954827065>

ISRAEL QUEIROZ DE LIMA

Especialista em Língua Brasileira de Sinais – Libras (UNISEB – 2009) e Graduado em Letras pela União Educacional do Norte (2008). Professor da Universidade Federal do Acre, onde realiza pesquisas no âmbito da Língua Brasileira de Sinais e da escrita de sinais (SignWriting). Email: israelufac@outlook.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1062-053X>; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8928012261164554>

ABSTRACT

This article aims to provide an overview of the provision of sign writing disciplines in undergraduate courses in Libras Letras offered at public and private Higher Education Institutions in Brazil (IES). The intention here is not to investigate or analyze how teaching practice and the results of learning sign writing take place, but to draw a picture of the contexts in which the aforementioned curriculum component is offered in undergraduate courses in Letras Libras. Initially, we found it important to verify the number of undergraduate courses in Libras Letras in Brazil, distributed across the five regions of the country, between public and private institutions, and considering

the modality (in person or distance education). Based on these data, we observe how many institutions offer the discipline, in which semester (academic period) the component(s) is(are) offered and the workload available for writing signs. Finally, we will verify, from the syllabus of the disciplines contained in the Pedagogical Projects of the courses, which contents related to the sign writing are indicated for treatment in the classroom. It is worth mentioning that not all courses offer syllabus for public consultation. In this way, the data treated here refer to the syllabus that we had access to.

Keywords: SignWriting. Curriculum. Letras Libras.

INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como a língua dos surdos brasileiros desde 2002, quando foi aprovada a Lei n. 10.436 que, posteriormente, foi regulamentada por meio do Decreto n. 5.626/2005, no qual são apresentadas as ações para aplicação das políticas linguísticas e educacionais necessárias para a preservação e a disseminação da referida língua (QUADROS; STUMPF, 2018; QUADROS, 2019).

A Libras é uma língua de modalidade visual-espacial que possui todos os níveis de análise linguística – fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático, sociolinguístico,

discursivo, entre outros – “usada para o ensino, para a arte, com representação ‘ora’ (visual-espacial) e escrita” (QUADROS, 2019, p. 18).

De acordo com Gesser (2009, p. 42), havia a crença de que as línguas de sinais eram ágrafas. Contudo, Quadros (2020) explica que as línguas sinalizadas possuem escrita própria, que expressa movimentos, configurações (formas) de mãos, pontos de articulação e marcas não-manuais. Ou seja, há sinais gráficos para representar os aspectos fonético-fonológicos próprios da língua □ tal como acontece com as línguas de modalidade oral-auditiva.

Karnopp (1994) ressalta que a escrita de uma língua sinalizada amplia as possibilidades de os surdos discutirem e registrarem suas reflexões num sistema gráfico que representa sua própria língua, com seus elementos constitutivos. Assim, é possível sistematizar, organizar, deprender, separar, categorizar as unidades estruturais da língua e estudá-las a partir de uma representação gráfica que possui relação direta com a forma de produção da língua de modalidade visual-espacial. Isso mostra a necessidade, portanto, de que a escrita de sinais seja ensinada nas escolas para as crianças surdas – o que traria ganhos significativos para a aquisição da própria língua sinalizada e para a aquisição da escrita da língua oral-auditiva (segunda língua para os surdos).

Stumpf (2005), em estudo sobre a aquisição da escrita de sinais por crianças surdas, concluiu que elas passam por processos semelhantes aos identificados por crianças ouvintes na aquisição da escrita do português: inicialmente há a distinção entre desenho e escrita; em seguida, ocorre a diferenciação entre as unidades escritas; depois, ocorre a correspondência entre sinal escrito e palavras escritas; e por fim, se dá a representação gráfica do sinal e o desenvolvimento cognitivo – ou seja, para a criança surda, como a escrita separa o sinal do corpo, ela favorece o conhecimento metacognitivo e o desenvolvimento cognitivo.

Com base em suas observações, a pesquisadora apresenta as principais vantagens com relação à escrita de sinais: pelo

fato de estar relacionada à sua primeira língua (Libras), a escrita de sinais é mais acessível à criança; por ser uma representação escrita, como o português, a escrita de sinais favorece a aquisição da escrita da segunda língua (português), pois serve como base meta-cognitiva.

Além das pesquisas citadas, outras merecem atenção pelas contribuições apresentadas em relação à escrita de sinais: Barros (2008), Wanderley (2012), Bózoli (2015), Kogut (2015), Morais (2016) e Wanderley (2017). A primeira, de Barros (2008), apresentou um sistema de escrita de sinais (Sistema ELiS) de base alfabética e linear. Trata-se de um sistema criado no Brasil que pode ser utilizado para outras escritas de sinais, além da Libras.

Wanderley (2012) identificou os elementos que constituem a compreensão e a produção dos textos em escrita de sinais, desde o sinal escrito (as configurações de mãos, os movimentos, a marcação não-manual, a marcação do espaço, a pontuação) até as relações de coesão e coerência do texto em escrita de sinais.

Bózoli (2015), por sua vez, investigou a aprendizagem de conteúdos escolares por alunos surdos usuários de Libras no Ensino Médio, com a utilização do sistema SignWriting.

Kogut (2015) analisou as transferências de descrição imagética na sinalização de um texto em SignWriting a partir da interpretação de um vídeo. Participaram da pesquisa alunos surdos de uma escola bilíngue e professores universitários surdos com experiência no sistema SignWriting.

Morais (2016), por seu turno, investigou a possibilidade de supressão de componentes quirêmicos (CQs) de 148 sinais da Língua Brasileira de Sinais (Libras) escritos em SignWriting (SW) e que compõem o Novo Deit-Libras, de Capovilla et al. (2009). Participaram da pesquisa sete professores/pesquisadores, com conhecimento de SignWriting variável entre seis meses e nove anos.

E Wanderley (2017) estudou a concordância número-pessoal de verbos a partir da escrita de sinais do sistema SignWriting. A pesquisadora, além de tratar sobre as definições inerentes às formas verbais nas línguas de sinais (tipos de mecanismos, de direção de movimento e de orientação da mão), discutiu sobre morfemas marcando as diferenças entre a língua oral e a língua sinalizada.

De um modo geral, essas pesquisas evidenciam as possibilidades de registro das línguas de sinais a partir de uma escrita que materializa a sinalização dos falantes (sinalizantes) das diferentes línguas de modalidade visual-espacial. São grafismos de expressões linguísticas que, como mencionado, contribuem para o conhecimento metalinguístico e o desenvolvimento cognitivo dos surdos.

O presente artigo objetiva fazer um panorama do oferecimento de disciplinas de escrita de sinais em cursos de graduação de Licenciatura em Letras Libras oferecidos em Instituições públicas e privadas de Ensino Superior do Brasil (IES). A intenção aqui não é investigar ou analisar como se dá a prática de ensino e os resultados de

aprendizagem da escrita de sinais, mas traçar um desenho dos contextos de oferecimento do referido componente curricular nas licenciaturas em Letras Libras.

Inicialmente, achamos importante verificar a quantidade de cursos de Licenciatura em Letras Libras no Brasil distribuídos pelas cinco regiões do Brasil, entre instituições públicas e privadas, e considerando a modalidade (presencial ou EaD).

Com base nesses dados, observamos quantas instituições oferecem a disciplina, em qual semestre (período letivo) o(s) componente(s) oferecido(s) e a carga-horária disponibilizada para a escrita de sinais. Por fim, verificaremos, a partir das ementas das disciplinas constantes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, quais conteúdos relacionados à escrita de sinais são indicados para o tratamento em sala de aula. Vale mencionar que nem todos os cursos disponibilizam as ementas para consultas públicas. Desse modo, os dados aqui tratados referem-se às ementas que tivemos acesso.

1. A ESCRITA E A ESCRITA DE SINAIS

A aquisição da escrita tem um papel importante no processo de comunicação humana. Além de se estabelecer como um mecanismo de comunicação, a escrita é um meio de registrar o pensamento humano e representar as realidades externas. Martin (1994) explica que isso acontece porque a comunicação escrita é objetiva e substancial. Fato é que a

invenção da escrita é um marco para a humanidade.

Como explica Higounet (2003, p. 23), “uma vez ‘inventada’, a escrita se torna um desenho que pode ter vida própria, fora da língua da qual é veículo”. Segundo o autor, a sociedade tem suas bases na escrita:

A escrita não é apenas um procedimento destinado a fixar a palavra, um meio de expressão permanente, mas também dá acesso ao mundo das ideias, reproduz bem a linguagem articulada, permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo. É o fato social que está na própria base de nossa civilização. Por isso a história da escrita se identifica com a história dos avanços do espírito humano. (HIGOUNET, 2003, p. 10).

Registra-se, ainda, o fato de que a escrita foi, por muito tempo, sinal de poder, privilégio de algumas classes, como a religiosa. À medida que a civilização se organizava econômica e politicamente, a escrita passou a ter outras funções e foi se difundindo aos poucos, como fato cultural e ideológico.

Se deixarmos de lado o problema das relações entre classes sociais no seio de uma mesma sociedade para abordar o problema das relações entre sociedades com escrita e sociedades sem escrita, veremos que as primeiras sempre consideraram as segundas como inferiores, em nome justamente dessa ausência da escrita. (CALVET, 2011, p. 123).

Pelas palavras do autor é possível entender que a humanidade, ao se

organizar socialmente, passa a construir elementos que representam divisões de classes: a escrita é um desses elementos. O homem que escreve (e que lê) é capaz de desenvolver atividades pertinentes à sua existência, adquirindo conhecimento, registrando fatos para outras gerações. A aquisição da escrita passa a ter um valor que extrapola o ato de codificação de pensamentos e realidades: delineia valores e conhecimentos culturais e os deixa como registros. O homem tem a necessidade individual de se expressar e, socialmente, a necessidade de estabelecer comunicação (KATO, 1999, p. 12).

Quando pensamos no fator educacional, é preciso considerar que a escrita é um recurso semiótico necessário para o registro de ideias, a sistematização de pensamentos, o processamento de informações, entre outras habilidades. Vale lembrar que “a escrita é um sofisticado sistema de representação simbólica da realidade que, como todo signo, media a relação dos homens com o mundo” (FORMAGIO; LACERDA, 2016, p. 181). Além disso, a escrita, funcionalmente, é menos dependente do contexto situacional, permite um planejamento mais cuidadoso e é um produto permanente (KATO, 1999, p. 31).

Como destaca Cagliari (2002, p. 103), “a escrita, seja ela qual for, tem como objetivo primeiro a leitura. A leitura é uma interpretação da escrita que consiste em traduzir os símbolos escritos em fala”. Quando se escreve, pensa-se no leitor. O autor diz que “quem escreve, diferen-

temente, por exemplo, de quem desenha, pede ao leitor que interprete o que está escrito, não pelo puro prazer de fazê-lo, mas para realizar algo que a escrita indica” (CAGLIARI, 2002, p. 103).

Escrita e leitura são processos inter-relacionados – ambos estimulam o raciocínio, a reflexão, a compreensão. A leitura proporciona o melhor desempenho da escrita.

A maioria dos estudos conclui que a leitura e a escrita estão mutuamente ligadas, mutuamente apoiadas e fundamentalmente envolvidas com o pensamento; [...] Os estudantes, quando participam de uma variedade de experiências combinadas de leitura e escrita, desenvolvem níveis de pensamento mais altos do que quando cada processo é praticado de forma isolada. (ALLIENDE; CONDEMARÍN, 2005, p. 16).

E como pensar nesse progresso com os alunos surdos? As experiências citadas pelos autores só serão vantajosas se a leitura e a escrita forem realizadas em códigos acessíveis aos surdos. Nesse caso, como a primeira língua do surdo é a língua de sinais, a forma gráfica deverá ser a escrita de sinais. É preciso considerar que, se uma proposta educacional não consegue habilitar os surdos para a leitura e a escrita, coloca o aluno surdo em posição de desvantagem em relação aos ouvintes – os quais têm sua garantia de leitura e escrita em sua primeira língua. De acordo com Formagio e Lacerda (2016, p. 181), por tratar-se de um produto cultural, para o surdo, apropriar-se

da escrita “é construir uma nova inserção social, interagir com os conhecimentos produzidos e acumulados historicamente. Ler e escrever são condições básicas para acesso à informação e produção de novos conhecimentos”.

2. OS SISTEMAS DE ESCRITA DE SINAIS: TIPOS E OBJETIVOS

Como dissemos anteriormente, as línguas de sinais não são ágrafas, mas por se tratarem de línguas tridimensionais, por muito tempo houve dificuldade de representá-las simbolicamente. Segundo Stumpf (2005, p. 47-51), no decorrer da história alguns sistemas de escrita foram sendo criados para suprir essa lacuna:

- a) Stokoe, na Universidade de Gallaudet, por exemplo, criou um sistema de notação com a finalidade exclusiva de registrar e analisar seus dados. Tratava-se de um sistema linear com base no alfabeto latino “não tinha o objetivo de servir para o uso comum dos surdos, mas sim [...] estudar as línguas de sinais” (STUMP, 2005, p. 48);
- b) François Xavier Neve, na Universidade de Liège, inspirado no sistema de notação de Stokoe, criou um sistema mais completo “que utiliza códigos que tornam possível uma numeração e um tratamento informático dos signos” (STUMPF, 2005, p. 48).
- c) Prillwitz, Vollhaber e colaboradores, na Universidade de Hamburgo, criaram o

Hamnosys, que possui símbolos visualmente mais próximos das características reais das formas das mãos, e "já foi objeto de diversas versões para a informática" (STUMPF, 2005, p. 49), mas apresenta limitações quanto à representação das expressões não manuais, e a escrita é linear;

d) Paul Jouison criou o sistema D' Sign para a língua de sinais francesa, cuja "representação escrita [...] não é uma simples notação isolada, mas visa ser uma autêntica escrita" (STUMPF, 2005, p. 50), inclusive apresentando frases inteiras transcritas no referido sistema. O autor morreu antes de explicar completamente sua proposta.

e) Valerie Sutton criou o SignWriting (SW), cujo sistema é composto por um conjunto de símbolos próprios que representam os parâmetros de formação dos sinais. A escrita, realizada verticalmente, possibilita as marcações espaciais próprias da sintaxe das línguas sinalizadas. Há, ainda, símbolos de pontuação e marcadores descritivos relacionados à intensidade dos movimentos.

[...] o sistema pode representar línguas de sinais de um modo gráfico esquemático que funciona como um sistema de escrita alfabético, em que as unidades gráficas fundamentais representam unidades gestuais fundamentais, suas propriedades e relações. O SignWriting pode registrar qualquer língua de sinais do mundo sem passar pela tradução da

língua falada. Cada língua de sinais vai adaptá-lo a sua própria ortografia. Para escrever em SignWriting é preciso saber uma língua de sinais. (STUMP, 2005, p. 51-52).

O sistema SW vem passando, ao longo do tempo, por mudanças que objetivam simplificar a leitura e a escrita em línguas de sinais. Os 900 símbolos que o compõem buscam a precisão do sinal produzido, revelando a complexidade dos movimentos.

No Brasil, a partir de 1996, o SW começou a ser trabalhado pelos pesquisadores Dr. Antônio Carlos da Rocha Costa, Dra. Márcia Borba Campos e pela pesquisadora surda Marianne Rossi Stumpf.

No Brasil, é utilizado em algumas escolas de surdos e classes bilíngues na disciplina Língua de Sinais. O estado pioneiro em adotar este sistema de escrita foi o Rio Grande do Sul, a partir de pesquisas da Escola de Informática – UCPel, Museu de Ciência e Tecnologia – PUCRS, Faculdade de Informática – PUCRS e Unidade de Ensino Especial Concórdia – ULBRA. Em 1996, deu-se início ao projeto de criação de um software que permite o registro das línguas de sinais através do sistema signwriting. (SILVA, 2009, p. 29-30).

Outro sistema de escrita utilizado no Brasil é o ELiS, criado por Mariângela Estelita Barros em pesquisa de mestrado (BARROS, 1997), e aperfeiçoado em trabalho de doutorado (BARROS, 2008), quando a pesquisadora realizou a verificação teórica e prática do sistema.

Segundo Barros (2016, p. 205):

O sistema de escrita ELiS é composto por 95 visografemas, os quais são distribuídos em quatro grupos que formam sua estrutura básica: Configuração de Dedos (CD), com 10 visografemas; Orientação da Palma (OP), com 6 visografemas; Ponto de Articulação (PA), com 35 visografemas; e Movimento (M), com 44 visografemas.

E continua:

Os visografemas da ELiS são organizados sobre uma estrutura fixa inalterável, que serve para qualquer tipo de sinal, a saber: Configuração de Dedos, Orientação da Palma, Ponto de Articulação e Movimento. Isso quer dizer que, ao se escrever uma palavra usando a ELiS, escrevem-se primeiro os visografemas de Configuração de Dedos (CD), seguidos de Orientação da Palma (OP), de Ponto de Articulação (PA) e por fim, de Movimento (M), sendo que alguns sinais que não apresentam movimento dispensam a escrita do último grupo.

[...]

Na ELiS há seis tipos de sinais: mono-manual, bimanual simétrico, bimanual assimétrico, bimanual quase simétrico, com mão de apoio e composto. (BARROS, 2016, p. 207).

O sistema ELiS, como conclui Barros (2008, p. 143), apresenta produtividade, legibilidade, relevância e eficácia como sistema de escrita de línguas de sinais, não só para a Libras.

Outro sistema de escrita de sinais brasileiro é o Sistema de Escrita da Libras (SEL), criado por Adriana Stella Cardoso Lessa de Oliveira, no qual os sinais são formados de unidades constituídas por

três elementos específicos (macrosegmentos) em sua produção tridimensional: Mão (M), Localização (L) e Movimento (Mov) (LESSA DE OLIVEIRA, 2012).

Por fim, o sistema Escrita Visogramada das Línguas de Sinais (VisoGrafia), criado por Claudio Alves Benassi, é constituído a partir da junção dos elementos simples e visuais do sistema SignWriting e do sistema ELiS. Segundo Benassi (2015), estrutura da escrita na VisoGrafia utiliza os elementos mais simples do SignWriting e a linearidade do sistema ELiS, considerando, assim, o hábito de leitura da Língua Portuguesa (da esquerda para a direita) – portanto, acessível a surdos e ouvintes.

3. A ESCRITA DE SINAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS

A Libras é uma língua ainda jovem e a formação do professor de Libras teve início em 2006, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), inicialmente na modalidade de ensino a distância (EaD). Como lembram Quadros e Stumpf (2014, p. 9), os cursos de Letras Libras

[...] foram uma proposição para atender tanto às demandas pela inclusão dos surdos na educação como para o oferecimento de Libras nos cursos de Pedagogia, Licenciaturas e Fonoaudiologia, [...] bem como para garantir a acessibilidade aos surdos por meio da Libras [...].

O curso, segundo as autoras, teve sua concepção ainda em 2002, mas só em 2004 o projeto foi elaborado. Após tramitar institucionalmente, em 2005 a

proposta foi aprovada em todas as instâncias da UFSC. Com o apoio do Ministério da Educação, o curso de Letras Libras começou a ser oferecido em 16 estados a partir de 2006.

A oferta do curso em alguns estados apresentou um caráter multiplicador na formação de profissionais capacitados para o ensino da Libras como L1 e L2, além da formação de profissionais tradutores e intérpretes. Quadros e Stumpf (2014, p. 21) explicam que, tendo em vista os objetivos dos cursos de graduação em Letras Libras, o profissional formado deve:

[...] dominar o uso da língua objeto de seus estudos, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, mantendo-se atento às variedades linguísticas e culturais, envolvendo-se socialmente e assumindo posturas que contribuam para a consciência do outro. [...] deve ter uma base específica consolidada e estar apto a atuar, interdisciplinarmente, como multiplicador de conhecimentos, em áreas afins, apresentando capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multi-interdisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária.

Assim, a relação entre teoria e prática está na base do princípio ação-reflexão-ação inerente ao desenvolvimento das competências e habilidades que permeiam a formação em Letras Libras, guiada pelo compromisso ético e a responsabilidade social que leva em conta metodologias e epistemologias adequadas e embasadas para as atividades que

a atuação do professor prevê.

Nesse aspecto, é de grande importância a organização curricular proposta pelo curso, que deve assegurar o pluralismo de ideias e o acesso aos conteúdos nos âmbitos cultural, científico, histórico e político relacionados à Libras, à Língua Portuguesa escrita, à educação de surdos, às tecnologias de informação e comunicação e à formação de professores de um modo geral – sempre ressaltando as especificidades das línguas de sinais e do surdo.

Atualmente, há 54 cursos de Licenciatura em Letras Libras em atividade no Brasil, em instituições públicas e privadas – aspecto que será discutido na abordagem e discussão dos resultados da pesquisa.

Esses cursos cumprem as orientações do MEC para a inclusão de todos os alunos surdos na escola. Isso requer formação adequada de educadores surdos e ouvintes, com os conhecimentos necessários para o exercício profissional.

4. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

O estudo que passamos a descrever é classificado no âmbito da pesquisa exploratória, devido à flexibilidade que esse tipo de processo oferece na orientação dos objetivos, uma vez que investiga dados sobre o componente curricular Escrita de Sinais nos cursos de Licenciatura em Letras Libras em instituições de ensino superior no Brasil.

O procedimento de pesquisa documental foi realizado para a obtenção

¹ O Cadastro da Educação Superior (Cadastro e-MEC) é uma ferramenta que permite ao público a consulta de dados sobre instituições de Educação Superior e seus cursos. Em relação às instituições de ensino, é possível pesquisar informações sobre as universidades, centros universitários e faculdades vinculadas ao Sistema Federal de Ensino, que abrange as instituições públicas federais e todas as instituições privadas de Ensino Superior do país. O Cadastro informa dados como a situação de regulação das instituições e dos cursos por elas oferecidos, endereços de oferta e indicadores de qualidade obtidos nas avaliações do MEC.

² Os cursos de Licenciatura em Letras Libras que foram credenciados pelo MEC, mas apresentam-se com atividades “não iniciadas” não foram contabilizados nesta pesquisa.

³ As informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no âmbito da autonomia universitária, são declaratórias e a veracidade é de responsabilidade da respectiva instituição, nos termos da legislação (NOTA E-MEC).

dos dados por meio de consulta ao Cadastro e-Mec¹ no mapeamento das instituições que têm cursos de Licenciatura em Letras Libras em atividade². A partir daí, foi feita a distribuição dos referidos cursos com a distinção entre ensino público e ensino privado, assim como por modalidade de ensino – presencial e educação à distância (EaD) em cada unidade federativa do Brasil.

Em seguida, realizamos a coleta de informações nos Projetos Pedagógicos ou ementas dos cursos disponíveis nos sites das IES quanto à oferta do componente curricular Escrita de Sinais. Para análise, verificamos: (a) período de oferta do componente curricular, (b) carga horária, (c) ementa e conteúdo programático.

O conjunto de informações foi transformado em dados numéricos, relativizados em percentuais. A coleta e análise dos dados é amparada nos aspectos quantitativos e qualitativos da pesquisa, os quais passamos a discutir na próxima seção.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento quantitativo dos dados permitiu a identificação de 54 cursos de Licenciatura em Letras Libras nas cinco regiões do país, 59,26% (32) no ensino público e 40,74% (22) no ensino privado. A modalidade presencial representa 87,5% (28) nas instituições públicas e 12,5% (4) em EaD. Quanto ao ensino privado, há equivalência de 50% para cada modalidade.

É interessante destacarmos a predominância da região Nordeste, com 50% dos cursos de licenciatura investigados, seguida da região Norte, 28,58%, Sudeste, 10,71% e proporções bem menores para as regiões Centro-Oeste, 7,14% e Sul, 3,57%. No caso do ensino privado, a relação é invertida, as regiões Sul, 54,54%, e Sudeste, 36,36%, apresentam maior percentual de cursos na modalidade presencial. Na modalidade EaD, no que se refere à sede da instituição, essa proporção se mantém nas duas regiões igualmente com 45,45%.

A Tabela 1 exibe os números e percentuais dos dados extraídos do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC³

A descrição dos dados até aqui apresentada permite o reconhecimento do panorama geral que pretendemos abordar sobre o componente curricular Escrita de Sinais nos cursos de licenciatura em Letras Libras. Quanto ao item (a) período de oferta do componente curricular, no Gráfico 1, apresentamos a distribuição de três disciplinas – Escrita de Sinais I, Escrita de Sinais II e Escrita de Sinais III. A oferta de Escrita de Sinais I é disponibilizada no 4º (18,52%) e no 2º período (12,95%) dos cursos. Nos demais períodos, a frequência é baixa – 7,41% no 3º e 5,56% no 5º, 6º, 7º com igual valor para disciplina ofertada como optativa. Como informações não disponíveis, temos 33,33% dos cursos. No componente Escrita de Sinais II, em 18,51% dos cursos não há oferta. No 5º e 3º período

Tabela 1 – Distribuição de cursos de licenciatura em Letras Libras por unidades federativas e modalidades de ensino

Unidades federativas	Instituições de Ensino Superior – Cursos de Letras Libras							
	Ensino público n=32 (59,26%)				Ensino privado n=22 (40,74%)			
	Presencial (87,5%)		EaD (12,5%)		Presencial (50%)		EaD (50%)	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Região Norte	8	28,58	-	-	-	-	-	-
Amazonas	2	7,14	-	-	-	-	-	-
Amapá	1	3,57	-	-	-	-	-	-
Pará	2	7,14	-	-	-	-	-	-
Tocantins	1	3,57	-	-	-	-	-	-
Rondônia	1	3,57	-	-	-	-	-	-
Acre	1	3,57	-	-	-	-	-	-
Região Nordeste	14	50,00	1	25,00	1	9,09	1	9,09
Maranhão	1	3,57	-	-	-	-	-	-
Piauí	3	10,71	-	-	-	-	-	-
Ceará	2	7,14	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	2	7,14	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	1	3,57	-	-	1	9,09	-	-
Paraíba	2	7,14	1	25,00	-	-	-	-
Sergipe	1	3,57	-	-	-	-	-	-
Alagoas	1	3,57	-	-	-	-	-	-
Bahia	1	3,57	-	-	-	-	1	9,09
Região Centro-Oeste	2	7,14	1	25,00	-	-	-	-
Mato Grosso	1	3,57	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	1	25,00	-	-	-	-
Goiás	1	3,57	-	-	-	-	-	-
Região Sudeste	3	10,71	1	25,00	4	36,36	5	45,45
São Paulo	-	-	-	-	3	27,27	4	36,36
Rio de Janeiro	1	3,57	-	-	-	-	1	9,09
Minas Gerais	2	7,14	1	25,00	1	9,09	-	-
Região Sul	1	3,57	1	25,00	6	54,54	5	45,45
Paraná	-	-	-	-	4	36,36	3	27,27
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1	9,09	-	-
Santa Catarina	1	3,57	-	-	1	9,09	2	18,18
Brasil	28	100	4	100	11	100	11	100

Fonte: Adaptado do Ministério da Educação – Sistema e-MEC(2020)

Gráfico 1 – Disciplina Escrita de Sinais de acordo com o período ofertado



Fonte: Dados da pesquisa

há 14,82% e 12,96%, obviamente por ser a sequência do componente I. No caso da Escrita de Sinais III, não há oferta em 55,55% dos cursos e quando oferecida, no 4º e 8º período, 3,71%.

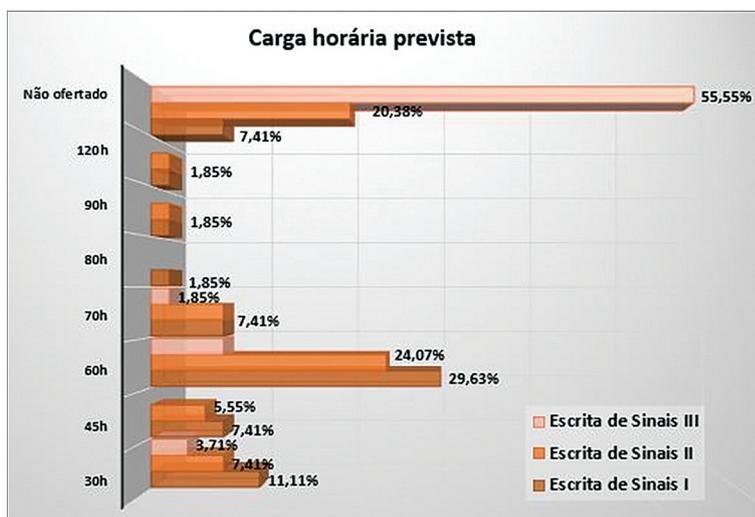
Sobre esse resultado quantitativo, convém lembrar os apontamentos de Karnopp (1994), segundo a qual a Escrita de Sinais constitui uma forma de instrumentalizar os surdos para que as discussões e as reflexões sobre a língua sejam realizadas numa escrita que represente a própria língua (de modalidade visual-espacial), possibilitando assim o estudo gramatical, pragmático, textual, etc.

Outros autores, como Luchi e Stumpf (2018), defendem que a Escrita de Sinais deveria ser utilizada em todos os níveis da análise linguística: fonológico, morfológico, sintático, etc.; uma vez que “a aprendizagem dos sistemas linguísticos ocorre ao mesmo tempo escrevendo os sinais, para que se fale ‘sobre’ a língua com a própria língua” (LUCHI; STUMPF,

2018, p. 86). Esses componentes descritivos da estrutura da língua são trabalhados desde o início da formação em Letras Libras – o que nos leva a concluir que, pelo posicionamento de Luchi e Stumpf (2018), a Escrita de Sinais deve ser utilizada desde as primeiras práticas de descrição e análise da Libras.

É preciso considerar que nem todos os alunos que ingressam no curso de Licenciatura em Letras Libras têm proficiência na Libras, sejam surdos, sejam ouvintes. O sistema de escrita de sinais exige conhecimento da língua, uma vez que a representação da escrita reflete a produção dos sinais em seus elementos gráficos e ideográficos. Desse modo, acreditamos que a aquisição da escrita de sinais seria mais produtiva se fosse trabalhada desde a primeira disciplina de Libras (desde o início da formação), de modo que a produção da língua, na sua modalidade específica (visual-espacial), fosse associada à sua representação escrita.

Gráfico 2 – Carga horária prevista para o componente Escrita de Sinais I, II e III



Fonte: Dados da pesquisa

O que se percebe, no entanto, é que nos cursos a abordagem dos conteúdos sobre a escrita de sinais é limitada a apenas um período, dois períodos ou, no máximo, três períodos – o que desfavorece o conhecimento mais profundo sobre o tema.

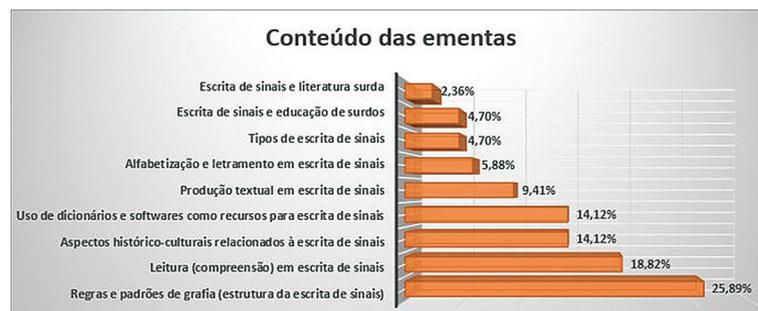
Com relação à carga horária, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nas suas ementas, identificamos a diferenciação de carga horária numa escala de 30h até 120h. Em Escrita de Sinais I, a maioria das instituições (29,63%) adota 60h para a disciplina. No caso da disciplina subsequente, Escrita de Sinais II, há semelhança de percentuais – 24,07% com 60h. Poucos cursos oferecem a disciplina de Escrita de Sinais III, representado por 7,41% com 70h. Percentuais altos foram observados para a não oferta das três disciplinas, 7,41%, 20,38% e 55,55%, respectivamente para Escrita de Sinais I, II e III.

Nesse aspecto, recorreremos, mais uma vez, aos estudos de Karnopp (1994) e

Luchi & Stumpf (2018), que ressaltam a importância da escrita de sinais desde o ensino da Libras e dos aspectos linguísticos inerentes a ela. Quando pensamos que um curso de licenciatura tem carga horária mínima de 3.200h e a maioria dos cursos disponibilizam apenas 60 h/a para a escrita de sinais, percebemos a pouca importância dada ao componente curricular.

A escrita de sinais, de fato, precisa ser discutida numa disciplina dedicada, exclusivamente a ela, para tratar das suas regras, da sua história como sistema de notação, e até para comparar os diferentes sistemas existentes. Mas isso não impede que o referido sistema de escrita fique restrito a uma carga horária tão reduzida. Concordamos com os autores citados quando destacam a necessidade de que a prática de escrita seja desenvolvida e aperfeiçoada simultaneamente à aquisição da língua e ao seu estudo descritivo, ao longo do curso de Letras Libras.

Gráfico 3 – Análise dos conteúdos apresentados nas ementas dos cursos



Fonte: Dados da pesquisa

A análise feita ao longo desta pesquisa permite esboçar alguns contornos do componente Escrita de Sinais nos cursos de licenciatura em Letras Libras a partir da constituição de seus Projetos Pedagógicos de curso e ementas, que passamos a explorar.

De acordo com conceitos fundamentais apresentados nas ementas dos cursos, reproduzimos a abrangência dos conteúdos nos seguintes aspectos contemplados nas disciplinas: (1) Aspectos histórico-culturais relacionados à escrita de sinais, (2) Regras e padrões de grafia (estrutura da escrita de sinais), (3) Tipos de escrita de sinais, (4) Leitura (compreensão) em escrita de sinais, (5) Produção textual em escrita de sinais, (6) Alfabetização e letramento em escrita de sinais, (7) Uso de dicionários e softwares como recursos para a escrita de sinais, (8) Escrita de sinais e educação de surdos, e (9) Escrita de sinais e literatura surda.

Considerando o Gráfico 3, o tópico relacionado às regras e padrões de grafia, ou seja, relativo à estrutura da escrita de sinais, este é o conteúdo

mais abordado (25,89%) nas disciplinas ofertadas de escrita de sinais. Quanto à leitura e compreensão em escrita de sinais, o conteúdo figura em 18,82% das ementas. O uso de dicionário e softwares como recursos, bem como os aspectos histórico-culturais relacionados à escrita, são mencionados em 14,12% dos cursos. A produção textual em escrita é pouco explorada (9,41%). Bem mais baixos são os indicativos de escrita de sinais e educação de surdos e os tipos de escrita de sinais, ambos com 4,70%. Já os conteúdos direcionados para a escrita de sinais e a literatura surda, são apontados em 2,36% dos cursos.

6. CONCLUSÕES

A discussão que aqui propomos foi baseada na apresentação do panorama do componente curricular Escrita de Sinais nos cursos de Licenciatura em Letras Libras nas IES públicas e privadas do Brasil.

Constatamos que, como a oferta das disciplinas, a carga horária direcionada ao ensino da escrita é relativamente pe-

quena, se comparada proporcionalmente à carga horária total dos cursos de graduação. Os tópicos trabalhados são diversificados, com predominância básica dos aspectos estruturais da língua, com pouca prática de produção e compreensão de textos.

Nesse sentido, defendemos a posição dos teóricos que embasaram nossa discussão, no sentido de promover a formação dos alunos de forma a incluir todos os espaços de manifestação da língua nas suas diferentes representações.

Aqui, nos detemos aos aspectos quantitativos relativos ao oferecimento do componente curricular Escrita de Sinais e à análise das ementas referentes à disciplina em tela. Acreditamos que um estudo sobre as metodologias de ensino de escrita de sinais e/ou sobre os materiais utilizados para o trabalho com a escrita de sinais ajudaria a traçar um panorama mais vertical sobre o assunto, mas as dimensões e os propósitos de um artigo exigem uma delimitação investigativa. Fica a sugestão para outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALLIENDE, F.; CONDEMARÍN, M. *A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artemed, 2005.

BARROS, M. E. *Proposta de escrita das línguas de sinais*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

BARROS, M. E. *ELiS – Escrita das línguas de sinais: proposta teórica e verificação prática*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BARROS, M. E. Princípios básicos da ELiS: escrita das línguas de sinais. *Revista Sinalizar*, v. 1, n. 2, 2016. p. 204-210.

BENASSI, C. A. *ELiS – Escrita das línguas de sinais na produção da primeira monografia de especialização bilíngue do Brasil*. *Revista Diálogos: linguagens em movimento*. v. 3, n. 1, 2015.

BRASIL. *Lei nº 10.861*, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em 20 jul.2020.

BÓZOLI, D. M. F. *Um estudo sobre o aprendizado de conteúdos escolares por meio da escrita de sinais em escola bilíngue para surdos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização & Linguística*. 10. São Paulo: Scipione, 2002.

CALVET, L-J. *Tradição oral & tradição escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. C. L. *Novo Deit- Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas*. v. I (Sinais de A a H), v. II (Sinais de L a Z). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Inep / CNPq / Capes, 2009.

FORMAGIO, C. L. S.; LACERDA, C. B. F. de. Práticas pedagógicas do ensino de português como segunda língua para alunos surdos no ensino fundamental. In: LACERDA, Cr. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. MARTINS, V. R. de O. (Orgs). São Carlos: EdUFSCar, 2016.

GESSER, A. *LIBRAS? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HIGOUNET, . *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

KARNOPP, L. B. *A aquisição do parâmetro configuração de mão na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): um estudo sobre quatro crianças surdas, filhas de pais surdos*. Dissertação (Mestrado em Letras). Curso de Pós-Graduação em Letras, PUCRGS, Porto Alegre, 1994.

KATO, M. A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

KOGUT, M. K. *As descrições imagéticas na transcrição e leitura de um texto em SignWriting*. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LESSA-DE-OLIVEIRA, A. S. C. *Libras escrita: o desafio de representar uma língua tridimensional por um sistema de escrita linear*. *ReVel*, v. 10, n. 9, 2012.

LUCHI, M.; STUMPF, M. R. Aspectos linguísticos da escrita de sinais. In: QUADROS, R. M. de.; STUMPF, M. R. (Orgs.). *Estudos da Língua Brasileira de Sinais IV*. Florianópolis: Editora Insular, 2018, p. 85-101.

MARTIN, H. J. *The History and Power of Writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*, Cadastro e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 21 jul. 2017.

MORAIS, C. D. de. *Escritas de sinais: supressão de componentes quirêmicos da escrita da Libras em Signwriting*. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

QUADROS, R. M. de. *Um capítulo da história do Signwriting*. Disponível em: <<http://www.signwriting.org/library/history/hist010.html>>. Acesso em 19 jul. 2020.

QUADROS, R. M. de. *Libras*. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, R. M. de.; STUMPF, M. R. Letras Libras EaD. In: QUADROS, R. M. de. *Letras Libras: ontem, hoje e amanhã*. Florianópolis, Editora UFSC, 2014. p. 9-35.

QUADROS, R. M. de.; STUMPF, M. R. Reconhecimento da língua brasileira de sinais: legislação da língua de sinais e seus desdobramentos. In: QUADROS, R. M. de.; STUMPF, M. R. (Orgs.). *Estudos da Língua Brasileira de Sinais IV*. Florianópolis: Editora Insular, 2018, p. 17-36.

SILVA, F. I. da. *Analisando o processo de leitura de uma possível escrita da língua brasileira de sinais: Signwriting*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

STUMPF, M. R. *Aprendizagem da escrita da lingual de sinais pelo sistema Signwriting: línguas de sinais no papel e no computador*. 2005. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WANDERLEY, D. C. *A classificação dos verbos com concordância da Língua Brasileira de Sinais: uma análise a partir do SignWriting*. 2017. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WANDERLEY, D. C. *Aspectos da leitura e escrita de sinais: estudos de caso com alunos surdos da educação básica e de universitários surdos e ouvintes*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.